

ARISTÓTELES E A DISPOSIÇÃO DE AGIR

HUPPES, Daniel¹;
HOBUSS, João²

¹Universidade Federal de Pelotas – daniel.huppes@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Para que um homem adquira a virtude moral faz-se necessário que ele aja de determinada maneira, o que significa que é preciso exercitar as ações características de determinada virtude para que seja possível adquiri-la plenamente. Tal exigência pode ser percebida numa passagem da *Ethica Nicomachea* (EN) em que se postula que é praticando atos justos que é possível aos homens se tornarem justos; de maneira análoga, é somente ao praticar ações caracteristicamente reconhecidas como temperantes que é possível aos homens tornarem-se temperantes, bem como os homens tornam-se corajosos somente ao praticar as ações identificadas como corajosas (cf. ARISTÓTELES, 2008). Em síntese, pode-se afirmar que é somente graças à prática reiterada de determinados tipos específicos de ações – ações virtuosas – que é possível os indivíduos tornarem-se plenamente virtuosos.

Entretanto, isto é assim até um determinado momento, em que da aquisição de determinada virtude moral passa-se a uma disposição de agir de tal forma. Há exemplos sobre isto na própria EN, pois “do abster-se dos prazeres tornamo-nos temperantes; tornados temperantes, somos os mais capazes de nos abster-se deles” (ARISTÓTELES, 2008). A partir disto, ter-se-ia a ideia de que, após um indivíduo ter adquirido uma virtude de caráter proveniente da prática reiterada de determinada ação, nele haveria uma disposição de agir de tal maneira e não mais de outra.

Tal consideração possui implicações claras na delicada questão entre a responsabilidade moral dos indivíduos e a concepção de que, em Aristóteles, haveria um determinismo no âmbito prático humano. A dificuldade surge porque tais concepções são incompatíveis. Se as ações dos indivíduos são determinadas, não há porque louvá-las ou censurá-las, pois o que se tem é a ausência da noção de vontade livre. Para que seja possível imputar responsabilidade moral ao gênero humano é preciso que suas ações sejam voluntárias.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Devido ao fato do presente trabalho ser essencialmente de cunho teórico, a pesquisa desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica. Num primeiro momento empenhou-se na leitura, exegese e fichamento do texto-base de Aristóteles, a obra *Ética a Nicômaco*, bem como a obra traduzida e comentada de Marco Zingano intitulada *Tratado da Virtude Moral; Ethica Nicomachea I 13 – III 8*. Num segundo momento foi-se em busca de literatura secundária a fim de obter maiores elucidações acerca dos problemas e lacunas do texto original.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A liberdade de escolha pressupõe que ao indivíduo é possível tanto realizar determinada ação como não realizá-la, isto é, agir diferentemente da maneira com que agiu. Tal concepção traz à tona um termo grego utilizado por Aristóteles que possui singular relevância “no debate acerca da liberdade do querer e da responsabilidade moral”, a saber, o *to eph' hēmin* (aquilo que depende de nós), conforme afirma NATALI (2004, p. 63). A implicação direta que se tem a partir desta noção é a distinção entre ações voluntárias e involuntárias. Conforme este mesmo estudioso, para que uma ação seja considerada voluntária, Aristóteles estipula que não deve haver “uma outra causa motora precedente ao indivíduo que age, como ocorre se somos, ao invés, transportados pelo vento ou por pessoas que se assenhorearam de nós” (*idem*, p. 63).

Ao analisar algumas passagens da *EN* fica claro que a intenção de Aristóteles é identificar que ao agente é possível tanto realizar determinada ação como deixar de engendrá-la. Mas, então, recordamos que ele havia postulado que a prática reiterada de determinada ação acaba implicando numa certa disposição para agir conforme esta ação, minando, assim, com a abertura aos contrários. Isto pode ser observado claramente no capítulo 1 do Livro V, em que Aristóteles afirma que de uma determinada disposição de caráter não é possível surgir resultados opostos, pois, “por exemplo, em razão da saúde não fazemos o que é contrário à saúde, mas só o que é saudável” (ARISTÓTELES, 1973). A isto se convencionou denominar de tese da unidirecionalidade da disposição, isto é, uma mesma disposição não gera efeitos contrários, pois, uma vez adquirida uma disposição de caráter, não haveria mais possibilidade de agir diferentemente desta disposição.

A esta altura poder-se-ia questionar em que sentido é possível atribuir responsabilidade moral aos indivíduos, tendo em foco a relevância da noção de disposição para o pensamento aristotélico. Uma interessante saída para tal embate fora elaborada por Alexandre de Afrodisia, mesmo que este tenha acrescentado algumas alterações na teoria original.

Para Alexandre de Afrodisia, a ocorrência contingente de certas coisas acarretaria numa incompatibilidade com a concepção de que todas as coisas ocorrem devido a uma necessidade estrita. De que maneira Alexandre articula seu pensamento para que a tese aristotélica não decorra num determinismo? Em última instância, o que ele almeja preservar é a ideia da abertura aos contrários, a qual é fundamental para a imputação moral. Alexandre considera que é possível eliminar a concepção determinista em Aristóteles por meio de sua tese da transitividade da responsabilidade moral. Em linhas gerais, ele afirma que os homens podem ser moralmente responsabilizados por seus atos pelo fato de que o processo de aquisição de uma determinada disposição de caráter foi algo que dependeu deles. A partir do momento em que há a firmatação da disposição não há mais aquela ideia da abertura aos contrários. Contudo, mesmo assim os homens ainda são moralmente responsáveis pelo que são porque são responsáveis pela aquisição da disposição de seu caráter.

Como, então, sair desta dificuldade envolvendo a disposição moral? Uma interessante resolução desta problemática é desenvolvida por ZINGANO, o qual identifica que, de acordo com o que Aristóteles desenvolve ao longo de seus trabalhos, é possível chegar à concepção de que, além da precedência, há a prevalência das ações sobre a disposição.

A noção de precedência já se encontrava implícita quando fora explicitado acerca de como é possível a virtude moral se engendrar nos homens. Retomando o raciocínio, a prática reiterada de ações específicas é de singular importância para a aquisição da virtude moral. Assim sendo, a virtude moral é precedida pelas ações engendradas pelos indivíduos. A fim de elucidar este ponto Aristóteles oferece o exemplo dos construtores de casas e dos citaristas, os quais somente se tornam o que são através da prática reiterada. O problema que decorre desta consideração é aquele que diz respeito à disposição, isto é, ao praticar determinado tipo de ação, os indivíduos acabarão desenvolvendo uma disposição para agir desta maneira e não de outra. A partir disto, alguns estudiosos entenderam que haveria um determinismo na teoria da ação aristotélica.

No entanto, além da precedência evidente das ações sobre a disposição que decorre do pensamento de Aristóteles, há também a concepção da prevalência das ações – esta última sendo um tanto mais difícil de ser conferida ao se analisar como realmente ocorre o agir humano. Mas mesmo esta ressalva não acarreta em uma impossibilidade. De acordo com a concepção da prevalência das ações sobre a disposição, o que se obtém é que “por maior que seja o hábito de um agente, ele sempre pode, em relação a cada ação particularmente, agir diferentemente” (ZINGANO, 2008). É em decorrência disto que se torna possível distinguir o âmbito dos animais do gênero humano, pois enquanto que aqueles, dado as mesmas circunstâncias da ação, agirão de maneira semelhante, aos homens sempre é possível agir de modo distinto do que era esperado.

4. CONCLUSÕES

Fica claro que uma determinada disposição, a qual é adquirida através do hábito de agir de determinada maneira, faz com que um indivíduo *tenda* a agir de um modo específico correspondente. Mas isto não significa que o indivíduo vá necessariamente agir de determinado modo. Isto é assim porque a característica do que diz respeito ao gênero humano é a contingência, isto é, nada pode ser estritamente identificado como predeterminado. Alguns hábitos, é fato, acompanham o gênero humano desde a mais tenra idade, fazendo com que cheguem quase a se assemelhar a uma espécie de segunda natureza. Ora, assim sendo a força dos hábitos, com certeza uma mudança acerca das disposições é um processo lento e por vezes árduo. Contudo, mesmo assim não é algo impossível, dado que Aristóteles (1973) postula que é “mais fácil mudar o hábito do que a natureza”. O caráter de um indivíduo torna-se, assim, um elemento importante para a maneira com que ele vai agir. Mas isto não implica que ele seja determinante, dado que não há uma cadeia causal unívoca, muito menos um movimento contínuo, que conectaria educação, formação do caráter e a ação produzida pelo caráter (cf. NATALI, 2002).

No que diz respeito à disposição de caráter dos indivíduos não se pode negar que há uma espécie de necessidade, mas esta deve ser entendida como uma necessidade hipotética. Esta necessidade hipotética é distinta da necessidade em sentido absoluto. Se identificarmos que algo ocorre de acordo com este último sentido de necessidade, significa que ele sempre ocorrerá, como, por exemplo, a água que é levada ao fogo numa chaleira sempre e necessariamente aquecerá. Já no que envolve a necessidade hipotética, esta é uma necessidade que opera naquilo que ocorre no mais das vezes (*hôs epi to*

polu). Podemos identificar que no mais das vezes *A* é *B*; mas isto não implica numa necessidade em sentido forte.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril, 1973.

PAKALUK, M. **Aristotle's Nicomachean Ethics, an introduction**. Cambridge University Press, 2005.

ZINGANO, M. **Aristóteles. Ethica Nicomachea I13-III8. Tratado da Virtude Moral**. São Paulo: Odysseus, 2008.

Capítulo de livro

SORABJI, R. "Causalidad y necesidad en las acciones humanas (INT. 9, PHYS. VIII, EN III 1-5)". In: *Necesidad, Causa y Culpa*. London: Duckworth, 1980a, p. 321-341.

_____. "La Relación entre Determinismo e Involuntariedad: la supuesta ignorancia de Aristóteles". In: *Necesidad, Causa y Culpa*. London: Duckworth, 1980b, p. 343-361.

Artigo

FINE, G. Aristotle on determinism: a review of Richard Sorabji's *Necessity, Cause and Blame*. **The Philosophical Review**, XC (4), p. 561-579, 1981.

HOBUSS, J. Sobre a disposição em Aristóteles: *hexis* e *diathesis*. **Dissertatio** (UFPel), v. 31, p. 221-233, 2010.

NATALI, C. Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN? **Analytica**, vol. 8, n. 2, p. 47-74, 2004.

_____. Responsibility and Determinism in Aristotelian ethics. **Le Style de La Pensée**. (Recueil de textes en hommage à Jacques Brunschwig; réunis par M. Canto-Sperper et P. Pellegrin). Paris, Les Belles Lettres: p. 267-295, 2002.

ZINGANO, M. Ação, Caráter e Determinismo Psicológico em Alexandre de Afrodísia. **Journal of Ancient Philosophy**, São Paulo, vol. I, issue I, 2007, p. 1-16.